



**LEI Nº 1.915, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.**

***“Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022/2025”.***

A Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025, em cumprimento ao disposto no do art. 165, inciso I, § 1º da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos que integram esta Lei.

Art. 2º O Plano Plurianual foi elaborado observando-se as seguintes diretrizes para as ações do Governo Municipal:

- I - garantia de aumento substancial da arrecadação de tributos municipais;
- II - modernização dos procedimentos administrativos e valorização do servidor;
- III - apoio aos produtores rurais e preservação do meio ambiente;
- IV - ação conjunta com o Governo do Estado na manutenção da segurança pública e da defesa contra sinistros;
- V - ampliação da rede municipal de ensino e difusão cultural;
- VI - garantia do direito de acesso aos programas de habitação à população de baixa renda;
- VII - acompanhamento do desenvolvimento e controle da ocupação do solo urbano;
- VIII - saneamento do meio ambiente, com o aprimoramento da coleta de resíduos sólidos, coleta seletiva do lixo urbano e do tratamento do esgotamento sanitário;
- IX - melhoria no atendimento ao idoso;
- X - aprimoramento do atendimento à saúde;
- XI - disciplinamento do trânsito no perímetro urbano.

José Walter Resende Aguiar  
Prefeito Municipal  
ENTRE RIOS DE MINAS - MG

Marcos de Oliveira Vasconcelos  
Procurador Geral do Município  
OAB MG 62771  
Entre Rios de Minas-MG



Art. 3.º Através de lei específica poderão ocorrer no curso da vigência deste Plano Plurianual:

- I- a exclusão, a inclusão ou a alteração de programas, ações e metas;
- II- a alteração de metas dentro dos programas desde que compatíveis com o objetivo respectivo.

Art. 4º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e afiação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da Lei.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a considerar as Emendas Individuais do Legislativo Municipal para a execução dos programas, ações e metas previstos por esta Lei, observando o disposto no art. 165 e seguintes da Constituição Federal e no art. 123-A da Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para realização do objetivo do programa.


Art. 7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, 1º de dezembro de 2021.

  
**José Walter de Resende Aguiar**  
**Prefeito Municipal**

  
**Marcos de Oliveira Vasconcelos**  
**Procurador Geral do Município**

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ENTRE RIOS DE MINAS-MG  
Publicado no  
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
(Lei nº 1741 de 21/08/2017)

  
DIA 02/12/2021  
EDIÇÃO Nº 205